COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº . DE 2023 (Da Dep. Célia Xakriabá)

> Requer a realização de Audiência Pública Conjunta para debater a PEC 504/2010, do Senado Federal, que inclui o cerrado e a caatinga entre os considerados bens patrimônio nacional.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta, no âmbito desta Comissão, para debater a PEC 504/2010, do Senado Federal, que inclui o cerrado e a caatinga entre os bens considerados patrimônio nacional".

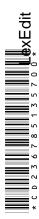
Sendo assim, sugere-se que sejam convidados(as) as representações das seguintes instituições e organizações, abaixo identificadas:

- 1. Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
- 2. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
- 3. Representação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado
- 4. Representação da Rede Cerrado
- 5. Representação da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)
- 6. Representante dos Povos da Caatinga
- 7. Representante dos Povos do Cerrado

JUSTIFICATIVA

Os povos do campo da Caatinga e do Cerrado são verdadeiros guardiões da flora e fauna destas relevantes regiões ecológicas. Nas duas regiões há uma economia pulsante, diversa, que contribui de modo significativo para a economia





nacional, além de grandes potencialidades abertas pela era do conhecimento, a exemplo da reconhecida criatividade de seus povos.

Contudo, a ausência de políticas públicas efetivas para proteção socioambiental destas duas regiões ecológicas tem resultado em recordes de desmatamento. Este desmatamento vem comprometendo a sobrevivência não apenas de aspectos culturais que constituem nossa identidade, mas também as reservas de água dos aquíferos do Cerrado e o estoque subterrâneo e superficial da Caatinga.

Essa escassez afeta não apenas as zonas rurais, mas também grandes cidades dentro e fora destas regiões. No momento em que o Brasil propõe metas ousadas para enfrentamento da emergência climática, é um contrassenso a ausência do Cerrado e Caatinga no rol das regiões ecológicas tidas como patrimônio nacional.

Nesse sentido, a discussão em torno da Proposta de Emenda Constitucional nº 504/2010, que prevê alteração da Constituição para expressamente incluir estes Biomas como patrimônios nacionais é essencial para esse momento.

Além da discussão da referida Proposta de Emenda Constitucional, considerando o Papel desta Comissão aprovado regimentalmente, justifica-se a presente Audiência como espaço de acolhimento e escuta de lideranças de comunidades tradicionais de ambos os biomas, bem como representantes de organizações populares e movimentos sociais que explicitam que a defesa dos territórios do Cerrado e defesa dos territórios da Caatinga são indissociáveis a uma defesa da vida, bem como no enfrentamento de desigualdades e das adversidades decorrentes das mudanças climáticas.

Sala das Sessões, de agosto de 2023.

Célia Xakriabá

PSOL/MG

